



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E NATURAIS LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA**

ANTONIO CARLOS

**A CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA COMO INSTRUMENTO
PEDAGÓGICO DO POVOTUPINIKIM DA TERRA INDÍGENA DE COMBOIOS**

**ARACRUZ/ES,
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E NATURAIS LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA**

ANTONIO CARLOS

**A CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA COMO INSTRUMENTO
PEDAGÓGICO DO POVOTUPINIKIM DA TERRA INDÍGENA DE COMBOIOS**

Trabalho de conclusão de curso como requisito para a
obtenção do grau de licenciado junto ao curso de
Licenciatura Intercultural Indígena.

Orientador: Prof. Dr. Sandro José da Silva

**ARACRUZ/ES,
2023**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E NATURAIS LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANTONIO CARLOS

**A CONSULTA PRÉVIA LIVRE E INFORMADA COMO INSTRUMENTO
PEDAGÓGICO DO POVOTUPINIKIM DA TERRA INDÍGENA DE COMBOIOS**

Trabalho de conclusão de curso como requisito para a
obtenção do grau de licenciado junto ao curso de
Licenciatura Intercultural Indígena.

Aprovado em: ____ de _____ de 202__.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sandro José da Silva
Orientador

(Nome , titulação e instituição a que pertence).

(Nome , titulação e instituição a que pertence).

Foi pensando nas pessoas que executei este projeto, por isso o dedico a todos aqueles a quem esta pesquisa possa interessar e principalmente, ajudar de alguma forma.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador Sandro José da Silva, que durante este percurso me acompanhou pontualmente, dando todo auxílio necessário para a elaboração do projeto.

Aos professores Alair e Simoni que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje, estar concluindo este trabalho.

A todos que participaram das pesquisas, pela colaboração e disposição no processo de obtenção de dados, principalmente a Liderança Jorge Luiz Barbosa.

A minha família, que me incentivou a cada momento e não permitiu que eu desistisse.

A Angélica de Souza pela dedicação oferecida, pelos momentos de companheirismo e pela compreensão aos momentos de ausência.

Nós povos indígenas temos uma cultura de alteridade e acolhimento. Nossa luta por nossas terras é também pela preservação ambiental. Temos plena consciência de nosso papel de protetores das florestas e da biodiversidade e estamos dispostos a compartilhar nossos conhecimentos para o bem de todos.

Marco Temporal

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é produto educacional e tem como objeto a utilização nas escolas indígenas do instituto jurídico da Consulta Prévia Livre e Informada, definida no âmbito da Convenção Internacional do trabalho 169. O desastre-crime que ocorreu na Barragem de Germano Fundão-MG, em 5 de novembro de 2015 é o tema principal deste trabalho, bem como as consequências deste desastre. O propósito desta pesquisa é melhorar a percepção dos Tupinikins, em particular sobre o direito de consulta, como também poder ajudar na construção do currículo escolar indígena na sala de aula. Foram propostas rodas de conversa compostas por temas geradores como “desastre”, modo de vida, tradições culturais e meio ambiente, como também, organizadas oficinas sobre a consulta prévia livre e informada, com educadores e lideranças. O protocolo de consulta da Terra Indígena é resultado de um processo de diálogo entre as comunidades de Comboios e de Córrego do Ouro, sendo um instrumento de autodeterminação.

Palavras-chave: Desastre; Consulta Prévia; Currículo Escolar.

ABSTRACT

This course completion work is an educational product and has as its object the use in indigenous schools of the legal institute of Prior Free and Informed Consultation, defined within the scope of the International Labor Convention 169. The crime-disaster that occurred at the Germano Fundão Dam -MG, on November 5, 2015 is the main theme of this work, as well as the consequences of this disaster. The purpose of this research is to improve the perception of the Tupinikins, in particular about the right to consultation, as well as to be able to help in the construction of the indigenous school curriculum in the classroom. Conversation circles composed of generating themes such as “disaster”, way of life, cultural traditions and the environment were proposed, as well as workshops on free and informed prior consultation, with educators and leaders. The consultation protocol for the Indigenous Land is the result of a dialogue process between the communities of Comboios and Córrego do Ouro, and is an instrument of self-determination.

Key-words: Disaster; Prior Consultation; School Curriculum.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1. Mapa de localização da TI Comboios | 18 |
| Figura 2. Mapa da localização da TI Comboios em relação à Foz do Rio Doce..... | 20 |
| Figura 3. Oficineiros..... | 23 |
| Figura 4. Fluxo do processo de Consulta Livre e Informada na Terra Indígena Comboios..... | 24 |
| Figuras 5 e 6. Oficina sobre a Consulta Prévia na sede da AITC..... | 29 |
| Figura 7. Mapa dos empreendimentos já existentes ao território indígena de Comboios..... | 34 |

APRESENTAÇÃO

O presente TCC é classificado como um produto educacional e tem como objeto a utilização nas escolas indígenas do instituto jurídico da Consulta Prévia Livre e Informada, definida no âmbito da Convenção Internacional do trabalho 169. Ele enfoca, portanto, as formas de organização social e política indígenas e como elas podem fornecer instrumentos pedagógicos no processo educativo.

Este estudo foi pensado tendo como base um desastre-crime que afetou a Terra Indígena e seus moradores em proporções que nunca haviam acontecido. Em discussão com o orientador, fizemos uma trajetória dos direitos indígenas e destacamos como a inserção de direitos é ainda um desafio bastante grande. Então, foi decidido por acrescentar a minha experiência como liderança indígena e educador em uma proposta aplicada à realidade indígena diante do desastre-crime. Optamos por debater a “consulta prévia” da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais e transformá-la em um processo pedagógico que possa ser desenvolvido nas escolas.

O questionamento do presente trabalho a ser respondido é como obter aprendizado do desastre com relação às garantias e direitos dos povos indígenas e transformá-los em aprendizado que possa ser transmitido na escola indígena.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA | 12 |
| 2.1 TRAJETÓRIA POLÍTICA..... | 12 |
| 2.2 SOBRE A ESCOLHA DO TEMA PARA FAZER O TCC..... | 12 |
| 2.3 A CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS TRADICIONAIS..... | 13 |
| 2.4 ENTRAVES A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA..... | 15 |
| 2.5 POR QUE DESENVOLVER A CONSULTA PRÉVIA?..... | 16 |
| 2.6 A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA PRÉVIA NA ESCOLA INDÍGENA..... | 17 |
| 2.7 A IMPORTÂNCIA DO TEMA DA CONSULTA PARA A COMUNIDADE..... | 17 |
| 2.8 O DESASTRE-CRIME..... | 18 |
| 2.9 METODOLOGIA..... | 18 |
| 3. MEMORIAL DESCRITIVO | 22 |
| 3.1 OFICINA SOBRE A CONSULTA PREVIA LIVRE E INFORMADA..... | 22 |
| 3.1.1 Resumo dos temas tratados na oficina | 23 |
| 3.1.2 Apresentação da consulta prévia | 23 |
| 3.1.3 Relatos sobre a necessidade da consulta prévia | 24 |
| 4. PROTOCOLO DE CONSULTA DA TERRA INDÍGENA COMBOIOS | 32 |
| 4.1. QUEM DEVE SER CONSULTADO?..... | 34 |
| 4.2. SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?..... | 34 |
| 4.3. QUANDO QUEREMOS SER CONSULTADOS?..... | 35 |
| 4.4. COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS?..... | 35 |
| 4.5. REGRAS GERAIS | 36 |
| 5. BIBLIOGRAFIA | 38 |

1. INTRODUÇÃO

Segundo Silva (2019) os Tupinikins e Guaranis habitam 12 aldeias no município de Aracruz, norte do estado do Espírito Santo e são parte de um contingente mais amplo de parentes identificados pelas pesquisas da Funai nos anos 1990 no município de Aracruz (Freire, 1995). Trata-se da Terra Indígena Caieiras Velha II, localizada às margens do rio Piraquê-Açu, ocupada pelos Guaranis Mbya e Tupinikins; a Terra Indígena Comboios, ocupada pelos Tupinikins e banhada pelo mar do estuário do Rio Doce e a Terra Indígena Tupiniquim, localizada às margens do rio Piraquê-Açu, ocupada majoritariamente pelos Tupinikins e pelos Guarani Mbya.

O desastre-crime que ocorreu na barragem de Germano Fundão (MG) em 5 novembro de 2015, de propriedade das mineradoras Samarco S/A; Vale S/A; BHP Billiton Ltda., lançou cerca de 45 milhões de metros cúbicos de dejetos de mineração no Rio Doce em 2015, matando 19 pessoas e devastando cerca de setecentos quilômetros da calha principal do rio, afetando agricultores, pescadores, povos indígenas e quilombolas.

O desastre alcançou o mar, um território da pesca ocupado pelos Tupinikins de Comboios, impedindo-os de pescar, banharem-se e desenvolver o seu modo de vida e reprodução cultural. Essas comunidades foram afetadas pelo desastre-crime há seis anos, mas o processo de reparação ainda continua em aberto gerando outros impactos sociais.

2. EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Essa introdução é desenvolvida a partir de entrevista do orientador com o Cacique Antônio Carlos e aborda os temas que o levaram a escrever e aplicar a proposta de um produto educacional.

Após várias reuniões e diversas formas de abordar o tema aqui proposto, chega-se a conclusão da viabilidade de entrevistas que sintetizassem a proposta do TCC em temas e propostas que o autor já vem desenvolvendo em sua comunidade. O texto é editado para tornar sua leitura mais acessível. Assim, a uma apresentação do autor se segue temas como a importância da Consulta Prévia, os esforços em desenvolver uma proposta nas aldeias e a relevância de tornar a Consulta Prévia parte do currículo escolar indígena.

2.1 TRAJETÓRIA POLÍTICA

Sou Toninho, Cacique da Terra Indígena Tupinikim da Aldeia de Comboios. É...meu nome em português é Antônio Carlos e em Tupi Pindubuçu, que significa Palmeira Grande. Sou aluno do Prolind, nesses 5 anos de luta. Fui um dos fundadores da Educação Escolar Indígena referenciada no município de Aracruz. Tenho a formação na Educação Escolar Indígena especializada, já fui diretor da escola da Aldeia, fui professor de quarto ao nono ano, de nono, e já fui coordenador da Educação Escolar Indígena pela Secretaria Municipal de Educação. Hoje, estou aí como Cacique da Terra Indígena de Comboios e aluno do Prolind chegando ao fim do TCC.

2.2 SOBRE A ESCOLHA DO TEMA PARA FAZER O TCC

O TCC já é a norma de término de curso da faculdade, da universidade. A escolha por esse tema de TCC foi pela tragédia que aconteceu na bacia do Rio Doce e atingiu a comunidade indígena com o rompimento da barragem em Mariana e as comunidades do município de Aracruz e principalmente, a Aldeia de Comboios. Acredita-se que

fazendo isso, será trabalhado tudo aquilo do impacto, né? Que causou dentro do território econômico, social, cultural e espiritual... e vai ser importante para a Educação Escolar Indígena na comunidade interno e externo.

Esse desastre trouxe muitos impactos para as comunidades e para a família das comunidades indígenas. Como cacique de uma terra indígena e desde 2016 tratando do rompimento da barragem, dessa tragédia. Dentro do território, tem-se a indenização para as comunidades indígenas, pois atuo como membro da câmara técnica, a “Câmara Técnica Indígena e Povos Tradicionais” (CTIPCT) que abrange os quilombolas, os pescadores e os indígenas. Com isso, é possível vislumbrar de perto a situação dos acontecimentos. Portanto, a escolha por esse tema possibilita escrever e deixar registrado para a comunidade indígena.

2.3 A CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS TRADICIONAIS

Dentro desse percurso, foram criadas doze câmaras técnicas com diversos perfis e diversas atividades dentro do território do Espírito Santo e Minas Gerais, e entre uma delas foi criada a Câmara Técnica para tratar do assunto das comunidades indígenas onde participavam os técnicos da Fundação Renova, técnico do Meio Ambiente, técnico da FUNAI, técnico das Secretarias de Estado e Município e vários outros órgãos. E não tinha nenhuma representatividade de nós indígenas para participar das discussões. Então, eles debatiam a questão indígena sem ter participação dos indígenas. Assim, os cacicados do Espírito Santo e o Ministério Públicos, expressamos nossa vontade e necessidade em participar, porque se falam da nossa situação, é justo termos direito a voz. Então melhor do que ninguém são os próprios indígena. Então, fomos “incluídos” em 2017 para fazer parte de da Câmara com direito a questionamentos e votos.

A função dessa Câmara Técnica é ouvir as comunidades indígenas e ir nessas comunidades fazer reuniões e trabalhar para que os pontos positivos dentro da relação da comunidade indígena sejam resolvidos, entre elas todos os impactos dentro dos territórios indígenas, tais como: a relação indenizatória, o estudo do

componente indígena, cobrança da empresa contaminante, trabalhos dentro da comunidade indígena toda a demanda e as necessidades que se encontram no território indígena e particularmente em Comboios em relação ao Sistema de Abastecimento de Água. Tem também, o Plano de Contingência, pois quando o Rio de Comboios enche a comunidade fica à mercê. É de responsabilidade da Fundação Renova fazer esse Plano de Contingência para dar o suporte a comunidade indígena de Comboios e Córrego do Ouro e vários outros aspectos dentro do território indígena.

É também, função dessa Câmara o encontro de dois saberes: saber técnico específico sobre a questão econômica, questão biológica e os saberes tradicionais dos povos indígenas. A nossa participação dentro dessa Câmara Técnica, foi de fundamental importância porque nós conseguimos ouvir os técnicos e eles conseguiram ouvir as nossas demandas, porém cabe ressaltar a dificuldade em ser incluído na época.

São três representantes indígenas no Espírito Santo e um de Minas Gerais. Nos primeiros momentos foi muito difícil a gente compreender a fala técnica dos técnicos dentro de uma Câmara Técnica falando de uma comunidade popular indígena. Então, nós chegamos e começamos a observar que o que eles estavam tratando ali, muitas das vezes não tinha nada a ver com a comunidade indígena. Então, frisamos que seria bom parar com esses debates e passar a ouvir as comunidades indígenas, as demandas das comunidades indígenas. E foi aí que começamos a levar as demandas das comunidades indígenas e falar as nossas necessidades e prioridades que a comunidade indígena tem dentro do seu território, dentro das suas aldeias”.

Muitas vezes a Câmara Técnica não tem poder de fazer aquilo, mas ela tem poder de fazer notas técnicas, ela tem poder de fazer documentos, ela tem poder de criar dados das comunidades indígenas *para* a empresa contaminante, no caso, tem representatividade dentro do Conselho Interfederativo (CIF), dentro do trabalho. Todo esse trabalho a gente conseguiu, assim, avançar em muitas coisas, mas ainda precisa de avançar. É interessante afirmar que, a Câmara Técnica ainda é muito engessada. Muitas das vezes ela, nas reuniões, fica a mercê porque não tem o poder da caneta, mas tem o poder de, como tem as comunidades, ela tem o poder de fazer a empresa cumprir com aquilo que é de sua obrigação no seu dia a dia no caso do processo da Renova dentro do território indígena.

2.4 ENTRAVES A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA

Ressalta-se esse engessamento da Câmara, porque ela depende de várias deliberações e quem faz essas deliberações é o CIF, e o CIF é subordinado a instâncias maiores e nós, da comunidade indígena, ficamos na espera de que a Câmara Técnica demande o CIF e resolva as demandas das comunidades indígenas.

E, assim, temos visto que é muito demorado, desses 6 anos de Câmara Técnica a avançou-se bastante, mas em outros aspectos, ainda tem muito que avançar. E mesmo sabendo que dentro da Câmara Técnica tem os indígenas, o Ministério Público e a Defensoria Pública e a FUNAI, mas quem faz todas as deliberações é o CIF com seus poderes, nos deixando, muitas das vezes com esperança de que as coisas avancem, assim, tem-se avançado também em relação com a nossa independência.

Um dos exemplos desse engessamento dessa relação entre a Câmara Técnica e o CIF, pra ilustrar aqui o trabalho de conclusão de curso é foi uma demanda muito forte que foi a questão indenizatória desses territórios indígenas. Falando aqui do território indígena de Comboios, estamos há três anos só discutindo indenização, um trabalho que deveria ser breve.

Tivemos que estudar o Estudo de Componente Indígena, as lideranças indígenas teve que fazer paralisações de rodovias, ferrovias, enviar documentos, abaixo-assinado, envolver Ministério Público, Defensoria Pública, FUNAI, a sociedade civil para que a pudessemos ter reconhecido e indenizado no valor adequado de direitos das comunidades indígenas e foi uma demanda que, até hoje, luta-se para que as comunidades sejam reconhecidas de direito nessa questão indenizatória porque ficamos a mercê de uma poluição de um rio que abastece a comunidade.

O direito da comunidade de ir e vir e também a pesca litorânea da onde tirasse a subsistência das comunidades indígenas, do pescado, da comercialização e também da sua alimentação própria, ocorreu esse impacto muito forte dentro das comunidades indígenas, tendo realizada várias reuniões entre nossas comunidades atingidas para fazer o nosso direito ser cumprido. De acordo, com as nossas realidades porque os órgãos públicos não tinham essa dimensão do direito, da qualidade de vida de uma

comunidade indígena que viveu e vive sempre pela pesca, pela colheita e tudo isso levou a liderança indígena, a comunidade, a família indígena a modificar o direito de viver, entre elas ser agricultores porque a vivência do indígena Tupi-Guarani é a terra indígena com agricultura e pesca.

2.5 POR QUE DESENVOLVER A CONSULTA PRÉVIA?

O TCC tem como propósito melhorar a percepção dos Tupikinins em particular, sobre o direito de consulta, ou seja, que o Estado antes de fazer empreendimentos econômicos, primeiro consulte as comunidades indígenas. Sobre aquele empreendimento, seja do ponto de vista do executivo, do legislativo ou do judiciário.

Temos discutido muito o direito da comunidade indígena, participando de um grande evento na Câmara de Vereadores de Aracruz em que foi exposto o direito da comunidade em ser ouvida, o direito da comunidade de se manifestar. Então, assim, graças ao trabalho das lideranças, o trabalho de um vereador indígena que tá propondo várias atividades dentro das comunidades indígenas, e como representante de uma comunidade, de um povo, tendo a obrigação de cobrar da instituição qualquer impedimento, de qualquer atividade dentro do território indígena, fazer as consultas prévias que é consultar o direito da comunidade indígena dentro do território.

Participamos de um debate de um canal de TV em que colocamos também todos os avanços, todas as dificuldades e qual é a importância das comunidades, das lideranças de ser consultado antes de qualquer “importância” de uma empresa, de uma atividade econômica dentro ou na vizinhança de uma comunidade indígena. Então assim, o que é visto no território indígena é que daqui pra frente construir esse protocolo de consulta em que as comunidades indígenas sejam mais asseguradas, tenham mais legitimidade dentro do seu território. Ressaltando que, esse protocolo de consulta, essa consulta prévia, ela tem que ser construída dentro da comunidade indígena para que as autoridades possam compreender que a comunidade indígena tem garantido o seu direito de ir e vir. A intenção não é querer prejudicar nenhuma economia do município e do Estado, mas que sejamos consultados como de direito de uma comunidade indígena.

2.6 A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA PRÉVIA NA ESCOLA INDÍGENA

O TCC pode ajudar na construção do currículo escolar indígena na sala de aula, pode ajudar o professor, a professora, na sala de aula. Mas, não só na sala de aula que esse trabalho vai abrir os olhos das futuras lideranças indígenas, dos futuros políticos indígenas e de não-indígena também. Mas também de grandes lideranças políticas e judiciárias.

Dentro da educação escolar indígena, dentro do currículo escolar indígena, esse trabalho vai possibilitar uma abertura para que os professores possam ensinar, explicar para os alunos a importância, o que é o trabalho de direito dentro de uma comunidade indígena, dentro do currículo da educação escolar indígena, dando assim, um engajamento, um encaminhamento, com material de pesquisa, dados de pesquisas, trazendo situações de dentro da comunidade, para a construção de impactos, a destruição da economia indígena, a destruição da cultura indígena, a destruição do crescimento de uma população indígena.

Então com esse trabalho, o professor terá acesso as pesquisas para que o aluno possa compreender e ele usar isso como uma ferramenta, uma arma de defensoria. Então não só esse trabalho, como outros trabalhos também estão sendo feitos de dentro da comunidade indígena, principalmente de Comboios, que vai ajudar a escola a se manifestar e garantir os seus direitos de hoje, de amanhã e de um futuro.

2.7 A IMPORTÂNCIA DO TEMA DA CONSULTA PARA A COMUNIDADE

O tema da consulta é muito importante na abordagem desse trabalho, visto que a comunidade indígena precisa ser ouvida, ou seja se você constrói uma casa sem consultar o pedreiro, ou um engenheiro, você não vai conseguir fazer.

Somando a isso, a consulta prévia, o código de consulta, é um documento de legitimidade da comunidade indígena garantir os seus direitos. Então a consulta prévia vai ser a porta de entrada pra quem quiser entrar na aldeia indígena construir os seus empreendimentos.

A oficina que foi feita tem funcionado dentro da educação, dentro da escola, desde a educação infantil até o ensino médio e do ensino médio até a formação das lideranças indígenas. Então, construindo dentro da escola, dentro da comunidade, a comunidade vai ficar protegida e a comunidade vai ficar de entendimento de quanto é importante você respeitar as leis de amparo dos nossos direitos indígenas dentro do território de direito.

Então, esse trabalho, vai ajudar a ser uma fonte de pesquisa para educação, liderança e comunidade. E indo além, é transmitir esses direitos indígenas para escola não-indígena, para que compreendam a importância e também conhecer como é a realidade indígena. Porque hoje não se ensina os direitos de uma comunidade indígena na escola. Então, quem sabe futuramente todo esse trabalho que está sendo feito dentro da comunidade indígena, seja de diversos segmentos. Ajudando muito a sociedade a enxergar o direito das comunidades indígenas e dentro das comunidades indígenas.

2.8 O DESASTRE-CRIME

Figura 1. Mapa de localização da TI Comboios



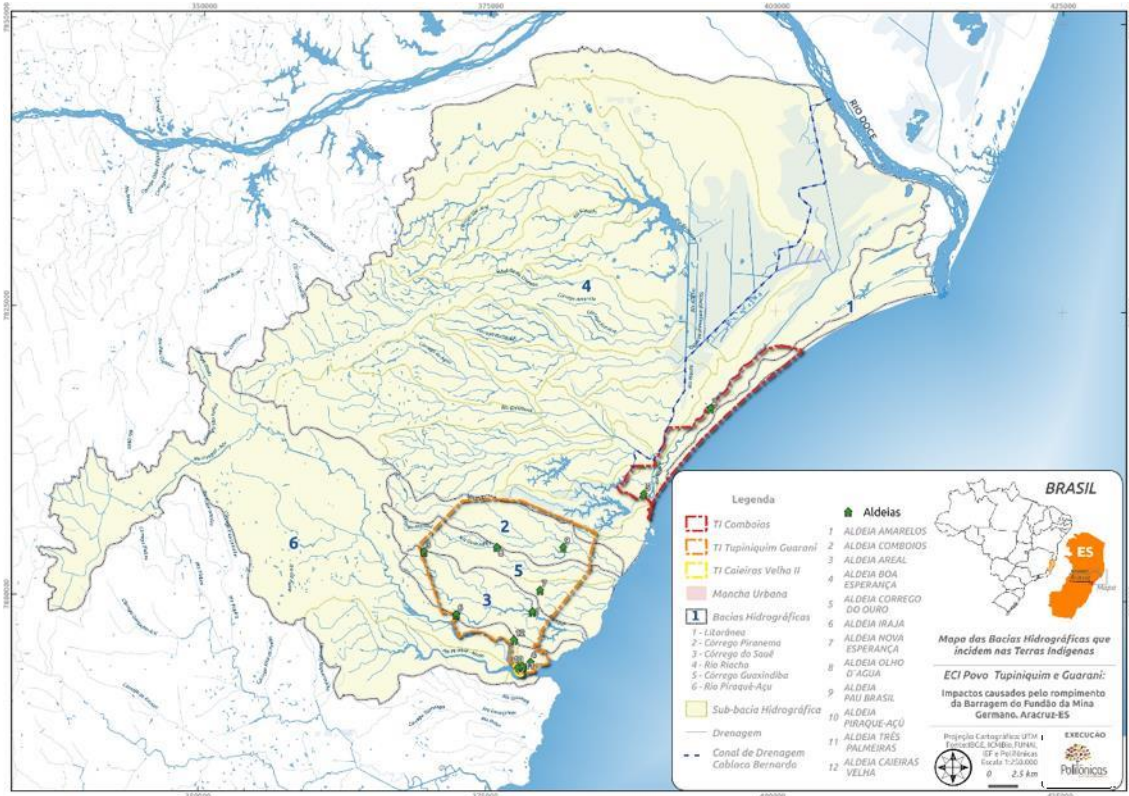
Fonte: Polifônicas, 2019.

O desastre-crime que ocorreu na barragem de Germano Fundão (MG) em 5 novembro de 2015, de propriedade das mineradoras Samarco S/A; Vale S/A; BHP Billiton Ltda., lançou cerca de 45 milhões de metros cúbicos de dejetos de mineração no Rio Doce em 2015, matou 19 pessoas e devastou os cerca de setecentos quilômetros da calha principal do rio, afetando agricultores, pescadores, povos indígenas e quilombolas.

O desastre-crime alcançou o mar, um território da pesca ocupado pelos Tupinikins de Comboios, impedindo-os de pescar, banharem-se e desenvolver o seu modo de vida e reprodução cultural. Essas comunidades foram afetadas pelo desastre-crime há seis anos, mas o processo de reparação ainda continua em aberto gerando outros impactos sociais.

Vários estudos já foram realizados, mostrando os danos causados no ambiente e territórios dos povos indígenas. No entanto, pouca atenção foi dedicada aos impactos sociais e políticos nas organizações sociais advindos do desastre-crime. Em recente estudo (Polifônicas, 2019) fica evidente os impactos negativos causados nas organizações sociais tais como a desestabilização das lideranças e da organização política. No item “identificação e descrição dos impactos institucionais e de gestão” argumenta-se que “tanto as ações de emergência (incluindo a resposta regulatória) quanto os programas de remediação, restauração e compensação são, eles próprios, fontes de novos impactos adversos dos pontos de vista ambiental e social” (ECI, 2019; 409).

Figura 2. Mapa da localização da TI Comboios em relação à Foz do Rio Doce



Fonte: Polifônicas, 2019.

O presente TCC tem como tema o desastre-crime provocado pela mineradora Samarco no Rio Doce e os efeitos provocados nas organizações indígenas Tupinikim de Comboios. O problema da pesquisa é construído relacionando a participação indígena na Câmara Técnica Indígena (CTI), instância da organização institucional do controle dos efeitos do desastre e a necessidade de se aprofundar a Consulta Livre e Informada que consta da Convenção Internacional do Trabalho número 169.

A CTI foi criada em função do Termo de Transação de Ajuste de Conduta em 2016 para promover soluções não judiciais aos danos causados pelo desastre-crime.

Segundo Ferreira (2020;167)

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) é um instrumento alternativo de solução de conflitos, que tem como objeto a composição de direitos transindividuais que tenham sido violados ou estejam ameaçados. Para tanto, o TAC pode ser proposto previamente, para evitar a judicialização da lide, ou mesmo durante a tramitação de uma Ação Civil Pública, para dar fim ao processo.

Tendo a representatividade com os povos indígenas na CTI nota-se que a posição

firmava-se muitas vezes meramente na forma reagir as demandas dos controladores das empresas de mineração, deixando pouca margem para uma participação comunitária. Definiu-se então, em consonância com o orientador, que seria necessário dar continuidade aos trabalhos de Gestão Territorial Indígena, projeto desenvolvido nas Terras Indígenas em parceria com a Funai desde 2015.

2.9 METODOLOGIA

A metodologia do produto educacional busca organizar as memórias dos professores e sábios da comunidade Tupinikim de Comboios em torno de sua percepção do desastre-crime da Mineradora Samarco.

Foram propostas rodas de conversa com temas geradores como “desastre”, “modo de Vida”, “Tradições culturais” e natureza. Buscou-se reunir um número igual de homens e mulheres, jovens e adultos, professores/as e sábios para equilibrar e, ao mesmo tempo compartilhar as descobertas. Foram recuperados mapas e dados provenientes de estudos anteriores que impactam a Terra Indígena Comboios.

3. MEMORIAL DESCRITIVO

Para a execução do TCC foram realizadas duas Oficinas em 2017 com os comunitários da TI Comboios e definição dos procedimentos para a Consulta Prévia. Após as disciplinas do Prolind, definiu-se juntamente com o orientador a realização de um ensaio prático de como seria desenvolver uma consulta. Quais temas, abordagens e enfoques seriam dados pelos professores e sábios da comunidade sobre como expressar os danos causados e as formas de reparação prevenção.

Foi realizado então, mais uma oficina que contou com comunitários de Comboios abordando temas que eles consideraram relevantes em relação ao desastre-crime da Mineradora Samarco em nosso território. Foi recuperado a memória das oficinas de construção da Consulta Prévia e apresentada suas principais conclusões.

Passou-se então a leitura e apresentação da Consulta Prévia desenvolvida na TI Comboios e, posteriormente, sua complementação com o registro sonoro e visual das observações dos comunitários.

3.1 OFICINA SOBRE A CONSULTA PREVIA LIVRE E INFORMADA

No dia 26 de março de 2022 foi realizada a oficina na TI Comboios para validar o processo de consulta junto aos comunitários. Por orientação, foram escolhidas pessoas de ambos os sexos, posições profissionais múltiplas e faixa etárias abrangentes para integrar os membros da oficina.

Figura 3. Oficineiros



Foto: Sandro José da Silva, 2022.

3.1.1 Resumo dos temas tratados na oficina

Participantes da Oficina do dia 26 de maio de 2022

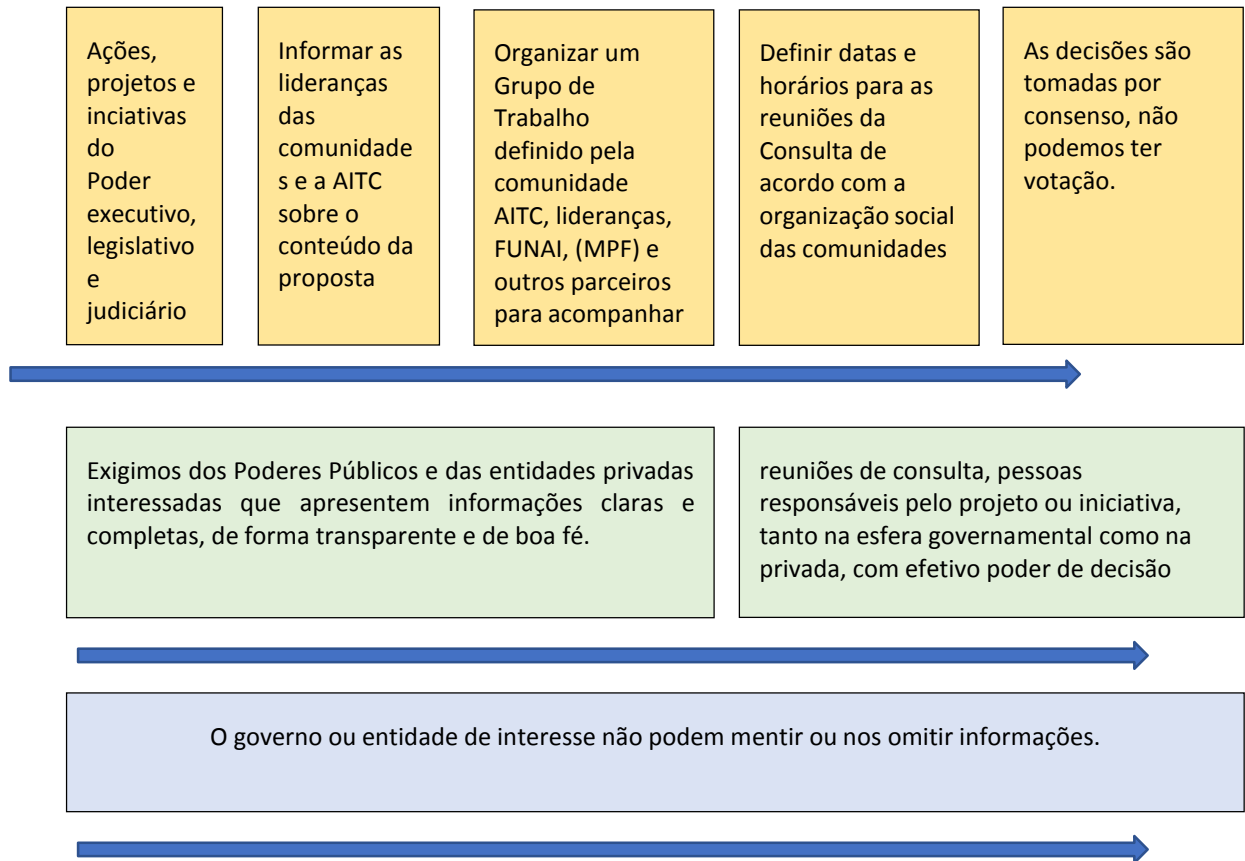
1. Antônio Carlos – Cacique de Comboios
2. Seu Joca - Pescador Comboios
3. Alair - Professor indígena
4. Simoni – Professora indígena

3.1.2 Apresentação da consulta prévia

Em primeiro lugar construiu-se um gráfico para entender as etapas necessárias a

realização da Consulta Prévia.

Figura 4. Fluxo do processo de Consulta Livre e Informada na Terra Indígena Comboios.



Fonte: Elaboração própria

Em segundo lugar apresentou-se a construção feita sobre a Consulta Prévia, sintetizado no documento abaixo. Vários temas surgiram dos debates e que devem ser levados em consideração na confecção da Consulta Prévia.

3.1.3 Relatos sobre a necessidade da Consulta Prévia

“Retiraram nossa liberdade”.

Um dos temas com que os Tupinikins de Comboios já enfrentaram foi a criação de uma área de preservação que afetou drasticamente suas práticas de pesca. Há mais de 40 anos, as práticas conservacionistas limitaram o acesso a determinadas regiões

que antes eram os territórios indígenas de livre acesso. Outro tema é o desastre da Samarco no Rio Doce que, segundo os relatos dos mais antigos “retiraram nossa liberdade” pois tem crianças que não sabem pescar pois não foram socializadas no ambiente da pesca com seus parentes, amigos. Conversamos sempre com as professoras e enfatizamos o resgate cultural da pesca por exemplo junto as crianças, a questão do território e dos impactos dentro da Terra indígena, onde as políticas não respeitadas. Se um protocolo de Consulta fosse desenvolvido, os Tupinikins acreditam que os resultados seriam outros em relação a esses territórios que foram suprimidos.

Sobre isso seu Joca fez uma explanação que mobilizou todos os presentes, pois segundo ele; “A gente nasceu dentro da natureza...”. “No tempo dos mais antigos do meu pai, dos meus avós, eles conseguiam manter as tartarugas. Mesmo a gente tendo que consumir, a gente sabia que tinha que preservar também. Estava preservando a natureza porque era um costume indígena. O que acontece hoje? Aí? Ele foi criado em 1980 ou 1984. O Tamar foi construído para preservar e nos incentivar. Para que nós tivéssemos o conhecimento. Só que quando eles vieram nós já tínhamos um conhecimento maior do que o do que o deles. Nós sabíamos preservar muito mais do que eles. Porque hoje, de 1000 tartarugas que nascem apenas uma sobrevive. Ou seja, será que os meus netos e os filhos dele vão chegar a conhecer o que é uma tartaruga? Vai ser muito difícil!

A gente trabalha com eles, mas tem um conhecimento maior do que o deles. Eles acham que tem que ter um conhecimento maior do que o nosso, só porque eles têm leitura. Porque são biólogos e a gente sabe porque a gente nasceu dentro da natureza. Nós sabemos como povos indígenas, o que é a natureza, não precisamos que alguém nos diga. Nós sabemos porque nós somos da Terra. nós sabemos o limite onde vamos chegar e os limites do que estamos fazendo. Por exemplo, hoje há 1000 filhotes nasceram 1000 filhotes e apenas um vai sobreviver? E nós, que tínhamos o conhecimento de pai e mãe, nós usávamos uma para sobreviver. Meus avós e minhas avós usavam na alimentação. E mesmo assim, não acabou.

O conhecimento deles é uma coisa e o conhecimento da natureza é outra coisa. Ninguém pode mexer na natureza sem um conhecimento. Porque se não diz assim. Às vezes a gente retirava os ovos do ninho e colocava mais para cima. Se a tartaruga

desovou ali, é porque ela sabia justamente que o mar não poderia carregar. Quando a gente tira de um lugar já é a mão do ser humano que é diferente da natureza. Então, pelo tempo que tem o Projeto Tamar, era para haver milhões de tartarugas por aí. Ontem eu fui fiscalizar um trecho. E não deu nem 18000 filhotes. Ou seja, deu poucas tartarugas. As tartarugas estão fugindo do nosso município. Ela está fugindo do nosso estado, e ela está fugindo da nossa natureza. Por várias vezes, nós íamos às praias e encontrávamos as gigantes. E hoje, nós não as encontramos mais. Estávamos pescando à noite e chegava aquela tartaruga gigante, e nós íamos lá olhar hoje, elas não chegam mais na praia. No mar tem muitas tartarugas gigantes. Nós temos que saber o que está acontecendo. Por exemplo, o Tamar. Já que vocês fazem as transferências dos ovos, porque vocês não fazem um criatório? Porque quando ela tiver adulta, ela vai ter mais chance de sobreviver. É melhor fazer os criatórios com ela do que largar elas no mar. No mar vem o tubarão. Come 10 ou 12, veio outro peixe e come mais um. Tanto quando você pensar, o já comeram tudo. Somente vai sobrar uma? Se você multiplicar para 200.000, serão 200 tartarugas, não é? É muito pouco, não é? Então eles têm que estudar mais, eles têm que conhecer mais para cuidar da natureza.

O trabalho que eles estão fazendo é para representar para o nosso povo, porque há muitas pessoas que não sabem o que é uma tartaruga. Imagina daqui a uma quantidade de anos, não ter nenhuma tartaruga mais. É o que estamos falando sobre a natureza. No passado dos meus avós. Nossos avós, meu pai, minha mãe, eles sempre passavam para nós "Oh, quando tem um ninho de tartaruga, vocês não mexem com os filhotes porque a mãe está lá no mar esperando. Esperando os filhotes, porque elas vinham na beiradinha do mar. Eles às vezes nos mostravam, olha lá, a tartaruga boiou no mar. Veio buscar os filhotes. É um sistema da natureza. Porque se eu colocar um objeto num determinado lugar, eu sei que ele vai estar ali. por isso que eu tenho certeza de que as tartarugas deixam os ovos e quando ela vem buscar os filhotes ela sabe que tem que buscar os filhos dela. Desde o tempo que eu trabalhei no IBDF. Depois trabalhei no Ibama. Hoje, a minha temporada com eles lá acabou.

Outro dia eu fui numa reunião e eles falam sempre da quantidade de ovos que eles recolheram. Mas quantos anos existe o Tamar? Desde o tempo do e PDF até hoje. Hoje nós estamos em 2022. Eles não têm nenhum resultado de quantas tartarugas

adultas há no mar. Da época que eles cuidaram da natureza, eles só sabem contar o número de filhotes. Eles não sabem dar conta de quantas tartarugas adultas e tem no mar depois que eles começaram a tomar conta. Eu acredito que eles deveriam fazer outro tema, outra forma de preservação. Porque se uma tartaruga for solta com 50 kg, não há como um peixe grande comer ela. Porque é um gasto muito grande. Não é pouco o gasto que eles têm para mexer com esse tipo de trabalho. A gente fica pensando daqui a alguns anos, quantos milhares de tartarugas vão ter? Mas até agora não foi apresentado nenhum resultado. Nós entendemos, assim que onde as tartarugas deixaram os ovos. Nós não deveríamos pegar, nós deveríamos deixar ali porque amanhã a mãe tartaruga vem buscar os filhotes. Nós não vamos nos comparar aos animais, mas o animal também tem o seu entendimento. Se ele não tivesse entendimento, ele não vinha na praia colocar os ovos.

“Se não entendermos os animais, nós iremos acabar com eles”.

Eu entendo que nós, como seres humanos, temos que entender os animais também. Se não entendermos os animais, nós acabaremos acabando com eles. A gente trabalha com eles, mas ao mesmo tempo a gente fica se perguntando, será que está tendo resultado? Será que o Progresso está bom? Será que vai favorecer? Porque nosso estado tem gastos e não é pouco gasto. O meu pai quando pescava a relação desses dele com os animais, elas vinham na praia. E ele não os matava. Ele retirava os ovos. Eles tiravam. 180. Ela, pô, tava 100, 180, 200. Eles iam lá e tirava 10 ovos. E deixava o resto? Quer dizer, ele não destruir a natureza. Ele pensava, ele tinha uma noção, ele pensava e tinha noção. Eu vou pegar 10 ovos. E vou deixar o resto para criar. Porque se eu pegar tudo o que vai acontecer. Eu não vou achar mais. Eu vou pegar 10 e vou deixar o resto para criar. Era assim que funcionava. Mas nem 10. Hoje, nem 10 pode pegar. Se verem a gente pegando... A gente está preservando a natureza. A gente está fazendo aquilo ali pelo meu pai, os meus filhos. Né? Eles precisam. E se deixar hoje as coisas tudo acontecer e também acabar com a natureza?” (Oficina de conteúdos sobre a Consulta Prévia. Entrevista com Sr. Joca, Comboios, maio de 2022).

“Nós fomos discriminadas”.

Outra contribuição importante foi dada pela professora Simoni, que atua na escola Dorvelina Coutinho. Como a oficina buscou ter paridade entre homens e mulheres, seu ponto de vista foi fundamental para indicar como a Consulta Prévia deve ter ampla participação. Ela abordou a relação da Fundação Renova e os critérios de elegibilidade para as reparações em face do desastre-crime da Samarco mineradora. Segundo ela “um fato importante é que as mulheres estão lutando por seus direitos, porque nós vimos que apenas os homens foram vistos como impactados.

Nós fomos discriminadas, desvalorizados. Porque, se somos família porque a gente somos para famílias, não é? Esposa. Tenho meu Próprio trabalho. Sou independente. Dependo do próprio salário. E por que fomos discriminadas? Porque isso levou as mulheres irem em busca dos seus direitos. Estamos organizadas em comissões. Nós vamos viajar para lutar, para buscar e para reivindicar nossos direitos. estamos num grupo bem grande de mulheres de senhoras para lutar pelos seus direitos porque se sentiram discriminadas.

São questões importantes, porque elas conseguiram compreender. Elas se viram neste nesse ponto. E hoje estão indo em busca. Enfrentando os problemas que possam surgir? Mesmo os homens não gostando. quando as mulheres ficaram sabendo que foram apenas os homens que assinaram o documento elas começaram a dar a partida as suas reivindicações. sentaram montaram uma comissão consultaram um advogado. A partir daí se organizar em comissões e buscar o apoio de outras mulheres (Oficina de conteúdos sobre a Consulta Prévia. Entrevista com professora Simoni, Comboios, maio de 2022).

Figura 5 e 6. Oficina sobre a Consulta Prévia na sede da AITC



Fonte: Sandro José da Silva

“Essa autonomia a gente vem perdendo”.

Essa preocupação com os efeitos do desastre-crime também preocupam o educador Alair com muita experiência na comunidade de Comboios. Ele relatou durante a oficina que o desastre foi um impacto muito grande na comunidade através da pesca depois desse desastre a comunidade sofreu com o que aconteceu e ainda acontece as pessoas ainda têm um receio por mais que ainda estejamos pescando, mas não sabemos o que pode acontecer com os com nossa saúde daqui a algum tempo. Sabemos que no passado a coisa era mais diferente tínhamos o lazer e a praia era uma fonte de Riqueza. desde a época do meu pai que pescava de canoa há 10 km mar adentro. hoje está sendo difícil porque o peixe você nunca sabe o que pode acontecer com a nossa saúde hoje e para quem vai virar daqui a 10 e 20 anos nós não sabemos.

Eles dizem que 100% pode comero peixe mas nós não sabemos ao certo se isso

acontece de fato se tá bom pra comer ou não tá isso faz com que a gente fique numa situação complicada. há 20 anos atrás nós tínhamos a possibilidade de ir à praia e tomar o nosso banho pescar pegar o marisco hoje em dia a gente faz isso com receio antigamente era a nossa fonte de riqueza tanto no rio quanto no mar nós pescávamos o que vocês não conhecem. A pesca do facho que hoje se perdeu o povo mais novo não sabe o que é isso a gente dependia do mar e do Rio hoje nós temos tanto mar como o Rio poluídos, nós não sabemos o que fazer quem, pode nos ajudar e dizer que daqui a um ano 2 anos vocês podem usar o peixe. todos os anos há uma mortandade de peixes aqui no Rio e não sabemos o que é, e eles dizem muita coisa sobre a mortandade que inclusive é a turfa mas nós vivemos aqui há muitos anos e não víamos isso. Mesmo que acontecesse eram poucos peixes se morresse as pessoas pegavam mas com o desastre ficou muito pior as pessoas só vêm o peixe morrendo, morrendo, morrendo e não sabem o que fazer.

Sobre a educação dos jovens. na minha prática em sala de aula eu uso bastante as coisas antigas quando eu faço o trabalho de artes eu tento buscar o que minha mãe me ensinou que minha avó me ensinou as pessoas que vêm isso ficam pensando. por exemplo uma aula de educação física o que nós fazemos já é educação física se você pega um Remo e atravessa o Rio você já está trabalhando o movimento. eu tento valorizar isso. como exemplo uma receita que minha mãe me ensinou eu valorizo isso. uma lista fazer uma listagem de Plantas medicinais o que nós temos hoje? hoje as pessoas preferem ir na Vila se envenenar com os remédios que tem lá ao invés de usar a planta medicinal. Os mais velhos ainda usam, mas os jovens preferem ir ao médico e acaba prejudicando a sua saúde. Nós que estamos aqui eu o Joca o Alan ainda praticamos a pesca, mas daqui a 10 anos nós não saberemos se essa geração que está aí mais jovem vai praticar a pesca ou as crianças que estão nascendo agora terão esse hábito da pesca.

Essa autonomia a gente vem perdendo também na escola porque se você trabalha uma música com as crianças a prefeitura chega e diz que esse não é o conteúdo que deve ser trabalhado na escola. nós queremos passar para os estudantes o nosso passado como nós ou vivemos, mas aí esbarramos no calendário escolar que não dá força para o nosso trabalho eles perguntam que dia que você quer trabalhar com isso se não está no calendário? isso desanima o trabalho e você perde uma oportunidade

de trabalhar issocom os estudantes. Eu conto para os meus alunos a minha história de vida porque nós vivemos de fazer farinha levávamos a farinha no Remo e depois caminhava com a farinha nas costas.

Quando se fabricava farinha na aldeia nós tirávamos os alunos da sala de aula e os levávamos lá para aprender como era o processo de fabricação como faz a farinha como faz o polvilho. não era uma coisa à toa. nós levávamos os alunos na praia, no mangue, onde começa a nossa aldeia lá no palhal, passeio de barco para conhecer o Rio pois tinha muita coisa para conhecer. e hoje não podemos fazer isso. primeiro os pais não concordam porque acho que é perigoso. Nós falávamos para os estudantes vamos voltar ao passado para saber como é que a gente pescava de Juquiá peneira, como fazer a farinha como pensava como fazer as armadilhas. não tínhamos espingarda era na base da armadilha do mundéu, fazíamos bodoque (Oficina de conteúdos sobre a Consulta Prévia. Entrevista com Alair, Comboios. maio de 2022).

4. PROTOCOLO DE CONSULTA DA TERRA INDÍGENA COMBOIOS

Este protocolo é resultado de um processo de diálogo entre as comunidades indígenas de Comboios e Córrego do Ouro, entre outubro de 2017 e maio de 2022. A construção do Protocolo de Consulta foi liberada pelas lideranças indígenas das comunidades, tendo contado com o apoio do Ministério Público Federal e da FUNAI.

A Terra Indígena de Comboios (TIC) encontra-se demarcada e é formado por duas aldeias indígenas: a Aldeia indígena de Comboios e a Aldeia indígena Córrego do Ouro. A primeira demarcação foi homologada pelo Presidente da República nos termos do Decreto 8861, de agosto de 1984 e ampliada em dezembro de 1998, totalizando 3.872,14 hectares. Na data de discussão do presente documento, somos aproximadamente 687 pessoas, em cerca de 316 famílias vivendo ao longo do Rio Comboios e do Córrego do Ouro. Após os movimentos de demarcação, pode-se recuperar nossa força e, atualmente, luta-se por autonomia e respeito. Estamos localizados ao norte da sede do município de Aracruz. A aldeia de Comboios está localizada em uma península, distante cerca de 38 km da sede, situada no limite sul da Reserva Biológica de Comboios. Para chegar à aldeia o acesso é somente aquático, por meio de barcos. A aldeia de Córrego do Ouro localiza-se a aproximadamente 25 km da sede do município, sendo o acesso feito pela rodovia ES - 010.

As comunidades são lideradas pelos caciques de cada comunidade, sendo que a Associação Indígena Tupiniquim de Comboios - AITC, sediada na aldeia de Comboios, é uma entidade gestora de apoio a recursos e projetos em prol das comunidades. Há também grupos religiosos que compõem a formação das aldeias, sendo uma igreja católica e duas igrejas evangélicas ("Assembleia de Deus" e "Deus é Amor"), cada uma com seu segmento e respeitando a cultura e tradição do povo Tupinikim, sendo também respeitadas por toda comunidade.

Na área educacional, há uma escola que abrange da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino. A saúde indígena conta com uma unidade de saúde e equipe do Programa de Saúde Familiar Indígena (PSFI), com

profissionais multidisciplinares, como: médico, dentista, enfermeiro, agentes indígenas de saúde, agente indígena de saneamento, psicólogo e nutricionista, que atendem às duas comunidades da Terra Indígena Comboios.

Diversas são as práticas agrícolas e de subsistência no território indígena, como, por exemplo, pesca, extrativismo de pimenta rosa da aroeira, cultivo de mandioca, abóbora, melancia, hortaliças, cana, milho, pepino, tomate, pecuária e criação de peixes. Antes do desastre do Rio Doce, pescava-se no mar, mas hoje é proibido. Tratores, barcos e cavalos são os meios de transportes utilizados no interior da Aldeia de Comboios, visto que a travessia para acesso somente é realizada através de barcos. Na aldeia de Córrego do Ouro o transporte é feito por carro, moto, bicicleta e cavalo.

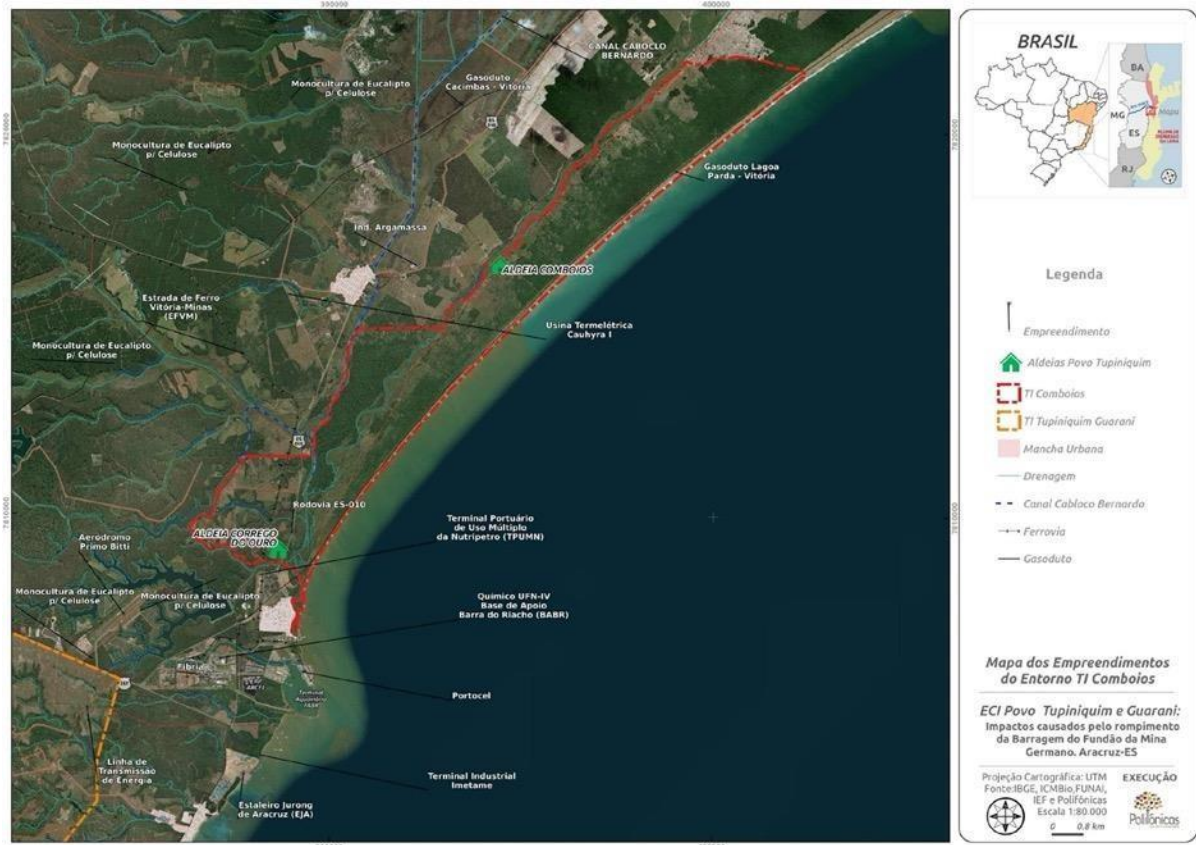
Hoje, os empreendimentos que circundam o nosso território são: os gasodutos (Lagoa Parda - Vitória, que corta a Terra Indígena, e Cacimbas - Vitória) e o terminal aquaviário da PETROBRAS; Canal Caboclo Bernardo; Imetame; PORTOCEL; Estaleiro JURONG, Fibria; NUTRIPETRO; NUTRIGÁS; ferrovia da Vale; estrada ES-010, entre outros, inclusive aqueles de responsabilidade de fazendeiros e a mineração de areia. Desses empreendimentos, os que cortam nossa terra são o gasoduto, a estrada ES-010, a rede de alta-tensão e as barragens da empresa celulósica Fibria.

O desmatamento crescente no entorno, com o desequilíbrio das chuvas, o assoreamento dos rios, o envenenamento por agrotóxicos, a diminuição dos peixes no rio, o impedimento da pesca, o aparecimento de pragas, o aumento dos incêndios florestais e tantos outros impactos que afetam nosso modo de viver tem nos importado muito.

O protocolo de consulta do povo da terra indígena de Comboios é um instrumento de autodeterminação. Espera-se que não sejam tomadas decisões sem que sejamos ouvidos, ou sem que ocorram negociações honestas com nosso Povo. Várias vezes fomos atropelados e lideranças nossas não foram consultadas. Por isso, a necessidade desse Protocolo, resultado de um longo debate interno de entendimento entre as comunidades da Terra Indígena Comboios sobre como queremos ser consultados, para que qualquer posicionamento sobre os projetos que nos afetam

tenham legitimidade e validade.

Figura 6. Mapa dos empreendimentos já existentes ao território indígena de comboios



Fonte: Polifônicas, 2019.

4.1. QUEM DEVE SER CONSULTADO?

As lideranças, juntamente com os caciques, a Associação Indígena Tupiniquim de Comboios - AITC - e os integrantes de todas as comunidades.

4.2. SOBRE O QUE QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados sobre qualquer decisão dos governos (Federal, Estadual e Municipal) e dos Poderes Legislativos (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional) que possa nos afetar de alguma forma, tais como: construção de obras no entorno do nosso território; projetos e empreendimentos privados que

dependam de autorização dos órgãos públicos; licenciamento corretivos dos empreendimentos já instalados que afetam a Terra Indígena Comboios; parcerias público-privadas; reparação dos danos causados por empreendimentos empresariais autorizados pelos Poderes Públicos ou de responsabilidades dos mesmos; projetos legislativos; mudanças nos órgãos que trabalham conosco, e formulação de políticas públicas que nos digam respeito, são exemplos de decisões que só devem ser tomadas após consulta livre e informada.

4.3. QUANDO QUEREMOS SER CONSULTADOS?

Queremos ser consultados antes das decisões serem tomadas, tanto para projetos de interesse público e/ou interesse privado, que dependem de autorização ou licenciamento dos Poderes Públicos. Não aceitamos que o governo ou outro órgão nos consulte quando não há mais possibilidade de alterar ou cancelar o projeto ou decisão objeto da consulta.

4.4. COMO QUEREMOS SER CONSULTADOS?

O primeiro passo da consulta é informar as lideranças das comunidades, junto à Associação Indígena Tupinikim de Comboios - AITC - sobre a ideia ou projeto que está sendo pensado pelo governo ou pelas empresas responsáveis. Após as comunidades terem conhecimento do que será consultado, suas lideranças informarão à Coordenação Técnica Local da Funai, para que funcione como uma ponte com a Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo, sediada em Governo Valadares/MG, bem como com a Funai em Brasília.

Juntamente com a AITC, lideranças, FUNAI, Ministério Público Federal (MPF) e outros parceiros, devem ser organizadas reuniões com todos os representantes. objetivando informar o conteúdo da proposta. Dependendo do grau de impacto do projeto ou ideia, se não obtido o consenso da comunidade, a consulta pode se encerrar logo nesta primeira conversa.

4.5. REGRAS GERAIS

- Devem ser respeitadas a Constituição Federal de 1988, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho e demais leis, tratados e convenções que preveem os direitos dos Povos Indígenas.
- Devem haver, em todas as reuniões de consulta, pessoas responsáveis pelo projeto ou iniciativa, tanto na esfera governamental como na privada, com efetivo poder de decisão.
- Deve ser criada uma comissão envolvendo lideranças das comunidades de Comboios e Córrego do Ouro, AITC, FUNAI, MPF e, quando for necessário, a SESAI, para auxiliar durante o processo e acompanhar a realização da consulta prévia.
- As reuniões deverão ser acompanhadas por representantes da Funai e do MPF, nos casos em que avaliarmos necessário. Outros parceiros podem ser convidados por nós, se quisermos.
- Todas as reuniões e atividades necessárias à realização do processo de consulta devem ser custeadas pela entidade interessada na consulta.
- Sempre que for necessário, faremos conversas internas durante as reuniões, sem a presença dos brancos.
- Todas as reuniões do procedimento de consulta prévia devem ocorrer dentro da Terra Indígena Comboios.
- Toda alimentação a ser consumida em atividades e reuniões deve ser feita nas comunidades da Terra Indígena pelos próprios integrantes do Povo Tupinikim, com planejamento prévio para a compra dos alimentos a serem utilizados e demais materiais necessários, mediante pagamento dos custos e remuneração do trabalho pela entidade interessada.
- As reuniões devem ser agendadas com antecedência mínima de 20 (vinte) dias

e não podem ser realizadas em datas que atrapalham as atividades internas, como, porexemplo, a época de colheita Aroeira (maio e abril), datas festivas e Dia do Índio.

- Para nossa segurança, se em nosso interesse, as reuniões podem ser filmadas, gravadas e fotografadas, desde que por nós autorizado e se nos entregarem, o mais breve possível, cópias integrais, sem qualquer edição. Não aceitamos a divulgação nãoautorizada ou o uso indevido de nossa imagem. Podemos avaliar que os arquivos correspondentes não devem sair da Terra Indígena e, neste caso, a mídia deverá nos ser entregue logo que terminar a reunião.
- Os índios que não moram na Terra Indígena Tupinikim de Comboios não podem falar em nome das comunidades.
- Podemos pedir aos nossos parceiros que nos ajudem com informações sobre o assunto da consulta.
- Exigimos dos Poderes Públicos e das entidades privadas interessadas que apresentem informações claras e completas, de forma transparente e de boa fé.
- O governo ou entidade de interesse não podem mentir ou nos omitir informações.
- As decisões são tomadas por consenso, não podemos ter votação.
- Todas as etapas do processo de consulta devem ser registradas em ata.

Este Protocolo é um instrumento de autodeterminação do nosso Povo e deverá ser utilizado em todas as consultas livres, prévias e informadas referentes a projetos públicos, parcerias público-privadas, empreendimentos privados sujeitos à autorização e/ou licenciamento dos Poderes Públicos, licenciamentos corretivos e reparação aos diversos danos que o nosso Povo já sofreu ou venha a sofrer em decorrência de tais atividades Poderemos alterar nosso Protocolo quando entendermos pertinente ou conveniente.

5. BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Luciana Tasse. “Gato e sapato”: a solução negociada e a pilhagem da bacia do rio Doce. Redes: **Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, Canoas, v. 8, n. 2, p. 163-180, ago. 2020.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno (Orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra eImagem, 2016.

_____. A emenda e o soneto: notas sobre os sentidos da participação no TAC de Governança. Dossiê TAC Governança – rompimento da barragem de Fundão. **Revista Versos**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 26-45, 2018.

MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. **Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta firmado entre Governo Federal, Governo do Estado de Minas Gerais, Governo do Estado do Espírito Santo, Samarco Mineração S.A., Vale S. A. e BHP Billiton Brasil LTDA**. Juiz de Fora: Poemas, 2016. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/poemas/files/2014/07/PoEMAS-2016-ComentáriosAcordo-Samarco.pdf>.

Oficina de conteúdos sobre a Consulta Prévia. Educação, sustentabilidade e desastre da Samarco. **Entrevista concedida por Sr. Joca, Alair e Simoni a Cacique Antonio Carlos e Sandro José da Silva**. Aldeia de Comboios, Aracruz, digital. Maio de 2022.

RAMBOLL. Monitoramento do programa 01. **Levantamento e cadastro dos atingidos**. Nov. 2019b. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 19 jan. 2020.

_____. Monitoramento do programa 02. **Programa de indenização mediada (PIM)**. Nov. 2019c. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll> . Acesso em 19 jan. 2020.

_____. Monitoramento do programa 21. **Auxílio financeiro emergencial**. Nov. 2019d. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/relatorios-ramboll>. Acesso em 19 jan. 2020.

_____. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio Doce**. mar. 2018 – nov. 2018, 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-mariana/documentos/relatorio-ramboll>. Acesso em 23 jun. 2019.

_____. **Relatório de monitoramento consolidado dos programas socioeconômicos e socioambientais para restauração da bacia do rio Doce**: dez. 2018 – mar. 2019, 2019a. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/samarco_rel_ativ_mar2019_rev01_nal . Acesso em 19 jan. 2020.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros. O rompimento da barragem de Fundão/MG: reflexões preliminares sobre o modus operandi da Samarco (Vale/BHP Billiton). **41o Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, MG: Outubro, 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt06-14/10642-o-rompimento-da-barragem-de-fundao-mg-reflexoes-preliminares-sobre-o-modus-operandi-da-samarco-vale-bhp-billiton/file>.

SILVA, Sandro José da Silva. O povo indígena Tupinikim no contexto do desastre ambiental no Rio Doce. **Revista Psicologia Política**. vol. 19, pp. 29-43, 2019.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico et. all. **Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; CEPEDIS, 2019.